

Redacção e administração
R. de S. Martinho
Aveiro

POVO DE AVEIRO

Officina de impressão
R. de S. Martinho, AVEIRO
EDITOR, João Pinto Evangelista

SEMANARIO REPUBLICANO

Numero 106

Assignaturas

AVEIRO—Um anno, 1\$200 réis. Semestre, 600. Fóra de Aveiro, um anno 1\$300. Semestre 650 réis. Brazil e Africa, anno 2\$500. Semestre, 1\$500 réis (fortes).

PAGAMENTO ADIANTADO

PUBLICA-SE AOS DOMINGOS

Publicações

No corpo do jornal, cada linha, 40 réis. Anuncios, cada linha, 30 réis. Permanentes, mediante contrato. Os srs. assignantes tem desconto de 30 por cento. NUMERO AVULSO, 30 REIS

5.º ANNO

A QUESTÃO CLERICAL

Todos os esforços de Jacques I foram a favor do despotismo religioso e politico.

Seu filho, Carlos I, excedeu-o.

Subindo ao throno no meio d'uma excitação e desprezo geral contra seu pae, não fez senão agravar a situação. Começou logo por casar com uma beata, Henriqueta de França, irmã de Luiz XIII, filha da celebre prostituta Maria de Medicis, que continuou as tradições da grande infame Catherina de Medicis, associando-se, com os jesuitas, para o assassinio de seu marido Henrique IV, depois de ter sido amante reles do aventureiro italiano Concini, de que continuou sendo concubina indecente até á revolta de seu filho Luiz XIII, revolta que se iniciou pelo assassinato do tal aventureiro, já então grande do reino com o titulo de marechal d'Ancre.

Os leitores que vão sempre reparando nos bellos productos do clericalismo. Faltava juntar esta Maria de Medicis, caracter depravado, a tanta dissoluta e infame que temos vindo referindo e citando.

Filha d'uma beata tão indigna e odiosa que não hesitou em planear, com os jesuitas, o assassinato de seu proprio marido, que foi um rei illustre, por excepção liberal e tolerante, excepção que resultou da sua vida de luctas e desgraças, onde aprendeu muito; filha d'essa beata repellente, Henriqueta impoz logo como condição do seu casamento não só liberdade ampla, para si e para as pessoas do seu sequito, no exercicio do seu culto—e até aqui o mal não era grande—como protecção, dada pelo rei, a todos os subditos inglezes que seguissem a religião catholica.

Esta protecção, que foi aceite por Carlos I n'um artigo secreto do contracto de casamento, era uma protecção, claro é, como a entendem os beatos. Protecção que se limita á concessão de todos os favores e privilegios para elles e de todas as intolerancias e perseguições para os adversarios.

Foi sempre assim e nunca ha de ser d'outra fórma.

Henriqueta não tardou a demonstrar o seu zelo catholico. E Carlos I, que era neto de Maria Stuart e bisneto dos Guises, de educação e tradições profundamente reaccionarias, alegremente fez causa commum com a mulher.

Mais energico do que seu pae, quiz impôr á valentona a politica reaccionaria que este tinha querido impôr um pouco sophis-

ticamente. O resultado foi avolumar-se a corrente da indignação publica. Precisando de dinheiro para a guerra contra a Hespanha, pediu-o ao parlamento. O parlamento recusou-lho. O rei dissolve-o. Reunido o outra vez, a opposição parlamentar accentua-se mais violenta. Levanta outra vez a questão religiosa. Passa audaciosamente do campo religioso para o campo politico formulando a celebre *petição de direitos*, que, na phrase d'um escriptor reaccionario, era uma *barreira ao poder régio*.

«Que ninguém possa ser preso, nem mesmo por ordem do rei, sem se declarar o motivo legal da prisão.

Que não se possam exigir dons gratuitos, de emprestimo ou de subsidios sem o consentimento das duas camaras.

Que os cidadãos não possam ser onerados com aboletamentos militares, tanto para tropas de terra como de mar.

Que fique abolida a lei marcial e que ninguém possa ser julgado senão segundo as formulas ordinarias e as leis do reino.

Taes eram as restricções da famosa petição de direitos, tão importante, diz Armand Carrel, para as liberdades nacionaes, como o acto de 1621 tinha sido para os privilegios das communas.

O rei hesitou, ladeou, chicanou, mas não teve remedio senão ceder, o que representava um completo triumpho para o partido liberal. *Que a lei seja feita como é requerida*, assignou emfim. E a petição de direitos, diz Cesar Cantu, *ficou sendo a segunda lei fundamental da Inglaterra*.

Porém, como todos os despotas—e Portugal é fertil na historia d'esses expedientes—o rei assignou com o proposito feito de destruir, na primeira conjectura, aquillo a que as circunstancias de momento o obrigavam.

Correu o boato de que queria ganhar tempo para mandar vir tropas da Alemanha. Isto enfureceu o povo, excitando as paixões.

Além d'isso o rei persistia em manter ao seu lado o duque de Buckingham, que a nobreza odiava. E assim juntava o descontentamento dos fidalgos, já irritados com os favores concedidos aos bispos em detrimento das suas regalias e privilegios, ao descontentamento dos burguezes e do povo.

Buckingham foi assassinado por João Felton. Mas o rei substituiu-o por outro favorito mais odiado ainda, o radical Thomaz Wentworth, que fez conde de Strafford. Mais odiado ainda porque tendo sido este homem o mais eloquente orador da camara dos communs na defesa dos direitos

populares, trahi-os completamente, passando-se para o partido do rei, onde continuou o papel antipathico de Buckingham. E não ha nada que affronte mais a consciencia publica que a apostasia.

A lucta exacerbou-se.

O rei creou e linçou novos impostos, augmentou ainda mais os privilegios dos bispos, obrigou todos os dissidentes protestantes a assistir nas egrejas ás ceremonias do culto official e castigou com rigor as desobediencias. Foi a ultima provocação á guerra civil.

Partiu dos presbyterianos e escossezes o grito de alarme. A Escossia levantou-se sem peso contra as innovações religiosas do rei e contra as suas violencias á liberdade de consciencia. Carlos respondeu com o cadafalso e a tortura. Mas, como sempre, os puritanos foram d'um estoicismo estupendo e soffreram, impávidos, as torturas, as perseguições e a morte. O rei, assustado, decretou a amnistia com a condição de ser mantida a liturgia official. O povo, então, correu ás armas. Formil homens.

Moram os episcopos! Era o grito de guerra em toda a Escossia.

Vejam os leitores. Vejam, pasmem e admirem. Sempre a mesma tenacidade na defesa da liberdade do pensamento. Sempre o povo inglez a resistir á reacção religiosa. Sempre, a travez de mil torturas, de mil perseguições, não obstante o cadafalso, não obstante a fogueira, sempre, desde o reinado de Henrique VIII. E assim se manteve em lucta formidável até á queda dos Stuarts, até ao advento dos Orange!

Extraordinaria campanha! Extraordinaria resistencia!

Saibam os portuguezes como se combate e como se vence a reacção religiosa. Não é com os traficantes das *Ligas Liberaes*, vermelhos entre os vermelhos e azues entre os azues. Não é com os Fuschinis, com os socialistas de meia tigela e como os republicanos sem vergonha.

A lucta tremenda, que fez cair no cadafalso a cabeça de Carlos I de Inglaterra, não foi uma lucta de character politico, como algumas vezes temos lido nos farsarios do jornalismo e da litteratura portugueza. Não. O proprio Cesar Cantu, que temos citado ultimamente de preferencia por ser aquelle que os leitores mais facilmente podem consultar e por ser um historiador franca e abertamente reaccionario, o affirma e comprova.

A questão politica foi uma consequencia da questão religiosa.

«O grito de insurreição partiu da propria egreja onde se fez

o primeiro ensaio da liturgia anglicana. A esse grito: *abaixo o papa, abaixo os bispos*, todas as classes sociaes correram a Edimburgo e redigiram e assignaram, n'um conselho commum, o famoso convenio pela qual todos, nobres, burguezes, padres e habitantes dos campos se comprometiam a nunca consentir na Escossia o estabelecimento do episcopado, que consideravam tão perigoso e damnado como o proprio papismo, tão inimigo, como este, das liberdades e franquias nacionaes. Para sustentar esse juramento, organizaram os escossezes um bello exercito, que se disciplinou promptamente ás ordens de officiaes educados no emprego das armas durante as guerras continentaes.» (Armand Carrel, livro já citado, pag. 32 e 33.)

Este exercito transpoz a fronteira ingleza. Debalde os episcopos quizeram despertar o cinze da Inglaterra contra a Escossia. Debalde os lords conservadores e os bispos inglezes offereceram centenas de milhares de libras sterlingas a Carlos I para organizarem um exercito de Londres contra se. Seguiram-lhe o exemplo as maiores e principaes cidades inglezas. E o rei pediu a paz. Para logo a atraiçoar, claro é. Costume real que não fallia, quando se trata da lucta entre o despotismo e a liberdade. Que não fallia, imbecis indigenas que andaes cantando honnias realengas!

O parlamento accusou Strafford, o reuegado Thomaz Wentworth, e intimou-o a ir á barra. Strafford foi. Mas nem a sua eloquencia, nem a sua chicana, o salvaram da morte. Foi condemnado á pena ultima. E o rei, o rei que lhe dissera: «Não vos tocarão n'um unico cabello» assignou a sentença capital.

Strafford subiu ao cadafalso exclamando tristemente: «Não confieis nos reis nem nos filhos dos homens porque d'elles se não espera salvação».

Carlos I lavrava a sua propria sentença, deixando morrer o homem que encarnara toda a sua politica de reacções e de mentiras.

«Assim, pois, achava-se o throno sem defesa. A rainha, catholica, e que fóra, depois da morte de Buckingham, a unica favorita de Carlos, temia por si mesma. Ao odio a Carlos tyranno juntara-se o desprezo a Carlos covarde; porque não sabia ter a força necessaria para resistir, nem conhecer o momento opportuno para ceder.» (Cesar Cantu, *Historia Universal*, pag. 263, vol. X.)

«Carlos deixou executar a sentença que condemnava Strafford á morte. De todos os sentimentos que lhe tinham sido

pedidos era o unico que elle não deveria conceder em caso algum.» (Armand Carrel, pag. 34 a 35.)

Mas concedeu-o.

Essa concessão demonstrou a sua covardia. D'ahi por diante era-lhe forçoso conceder tudo ou perder o throno e a vida. Concedeu a abolição dos monopolios, a supressão de todos os tribunaes de excepção, tanto civis como religiosos, a rehabilitação de todos os cidadãos que por elles tinham sido condemnados, que o parlamento se reunisse de tres em tres annos pelo menos, que só o parlamento tivesse o direito de se addiar e dissolver, que só o parlamento votasse e fixasse as despesas e vigiasse o emprego dos dinheiros publicos, que só o parlamento interviesse nos negocios considerados até ali das attribuições exclusivas do conselho privado, que só elle fizesse as nomeações judiciais e regulasse a auctoridade do rei e dos bispos na Egreja. Era muitissimo. A realza do direito divino, que fóra a preocupação de todos os reinados anteriores, ia-se por a gua abaixo. Carlos I, que subira ao throno com o proposito feito de vingar as fraquezas do pae, do pae que nunca tinha conseguido fazer valer o seu absolutismo, naufragava miseravelmente.

Era muito o que lhe tinham pedido e o que elle se viu obrigado a conceder. Muitissimo. Mais do que o sufficiente para annullar o poder real. Mas não era tudo. O parlamento pediu ainda para dispôr livremente das forças militares do reino. Este golpe final era, para os costumes do tempo, não já a ruina inteira do poder real como a ignominia d'esse mesmo poder.

O rei, então, recusou. Mas, desastrado e pouco feliz, recusou nas circunstancias mais difficeis e perigosas. Recusou quando a Irlanda catholica se revoltava massacrando quarenta mil inglezes.

Carlos I foi accusado logo de ser o verdadeiro fautor d'essa revolta. E a accusação era verdadeira. A rainha, catholica e beata, esteve, desde o dia em que subiu ao throno, em relações intimas com os irlandezes, esperando d'elles auxilio contra os protestantes como elles esperavam d'ella auxilio contra os inglezes. O rei, que mais ou menos entrou desde o principio n'essas negociações por odio aos puritanos, lançou-se abertamente n'ellas para o fim, como meio de combater os presbyterianos da Escossia. Querria oppôr á revolta anti-papista da Escossia a revolta papista da Irlanda.

A tormenta, que então se desencadeou, foi medonha. O parlamento dirigiu uma proclamação

AO COMMERCIO E AO PUBLICO

ALBINO PINTO DE MIRANDA, gerente da casa de Manuel José de Mattos Junior—o MANUEL MARIA—d'esta cidade, faz publico que sendo agente d'uma casa commercial de Lisboa, tem para vender em boas condições para o commercio **café cru de diversas marcas, café torrado em grão e moído, avulso e empacotado**, por preços muito baixos, rivalizando com vantagem com as casas congêneres do Porto. As vendas são a prazo, e sendo a prompto pagamento têm desconto.

Na casa de que é gerente, além dos generos acima mencionados, vendidos ao publico com muita vantagem, tem em saldo uma grande quantidade de louça de Sacaveim que vende com 15 p. c. de desconto da tabella da fabrica e alguma com 20 p. c. Tem o deposito dos vinhos da Companhia Vinicola, composto de todas as marcas, não exceptuando o bello *Champagne*.

Ha' tambem vinhos de outros armazens do Porto, das marcas mais acreditadas, por preços razoaveis, fazendo grandes descontos para revender.

Deposito de alubos chímicos para todas as culturas e por preços vantajosos.

Armazem de vinhos da Bairrada, que vende a 60 réis o litro, tinto; branco a 100 e 200 réis, sendo para consumar em casa do freguez.

Tem mercearia bem sortida. Vende sulfato de cobre e de ferro, chumbo para caça (pelo preço do Porto, sendo por caixa de 30 kg.), bolacha e biscoito das principais fabricas do paiz, conservas e massas alimenticias, petrechos para caçadores e objectos para escriptorio, aguardente de vinho, cereas e alcool, com grandes descontos para revender, e muitos outros artigos impossiveis de mencionar.

Encarrega-se da compra ou venda de qualquer mercadoria mediante commissão.

Rua Direita (Largo do Manuel Maria)

AVEIRO

FERRAGENS, zinco, chapa zincada, chumbo em barra e em pasta, estanho, preços, para fusos, pás de ferro, arame zincado, tintas preparadas e em pó vernizes, oleo, aguarraz, alcool, brochas, pinceis, cimento sulfato de cobre e de ferro, chlorato, enxofre, gesso de estuque, vidraça, telha de vidro, chaminés e torcidas para cantieiros, papelão, artigos de mercearia e muitos outros.

A' venda no estabelecimento de

Domingos José dos Santos Leite

RUA DO CAES

AVEIRO

NOVA ALOUILLARIA

DE

MANUEL PICADO & PEREIRA

(Antiga casa de Fernando Christo)

N'esta casa continúa a haver carros de aluguer, servindo-se os freguezes com a maior regularidade e economia de preços.

Vende-se palha sarrotada para gado.

Rua da Alfandega—AVEIRO

MAIS UM TRIUMPHO!

As machinas para coser da Companhia SINGER obtiveram na Exposição de Paris de 1900 o mais alto premio, Grand-Prix.

E' mais uma victoria junta a tantas outras que estas excellentes e bem construidas machinas teem alcançado em todas as exposições.

AVEIRO

75—RUA DE JOSÉ ESTEVÃO—79

SAPATARIA AVEIRENSE

DE

Marques d'Almeida & Irmão

AOS BALBÔES

Garante-se a perfeição e solidez

PREÇOS MODICOS

NOVIDADE LITTERARIA

SIGAMOL-O!

Sensacional romance de H. Sienkiewicz, auctor do QUO VADIS? seguido de mais dois soberbos contos do grande escriptor polaco.

Trad. de **EDUARDO NORONHA**

Um luxuoso volume, com uma lindissima capa a cores e ornado com magnificas illustrações.

Preço 500 réis

A' venda na Companhia Nacional Editora, Largo do Conde Barão, 50, Lisboa, e em todas as tabacarias e livrarias.

SEM DOGMA

Notabilissimo romance, em 2 volumes, de H. Sienkiewicz, auctor do

QUO VADIS?

tradução de **EDUARDO DE NORONHA**

300 rs. cada volume 300

A' venda o 1.º volume, com uma capa a cores, na Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, Largo do Conde Barão, 50—LISBOA.

POVO DE AVEIRO

Este periodico vende-se todas as segundas-feiras na tabacaria **MONACO**, á Praça de D. Pedro—Lisboa.

ALMANACH HACHETTE

PARA 1901

Já se acha á venda na livraria Mello Guimarães, d'esta cidade.

GRANDE NOVIDADE LITTERARIA

Os Mystérios da Inquisição

POR

F. GOMES DA SILVA

Obra illustrada a cores por Manuel de Macedo e Roque Gameiro.

Nos *Mystérios da Inquisição* descrevem-se horrores que agitam affictivamente a alma, scenas que fazem correr lagrimas, escarpellam-se figuras d'outros tempos, encadeiam-se acontecimentos dispersos e tenebrosos, fustiga-se a hypocrisia, enaltecem-se as grandes virtudes, faz-se relbrilhar a verdade e põem-se em relevo todos os personagens que entram n'esta grande drama, em que vibram commoções da maior intensidade e affectos do mais exaltado amor.

Preçoso brinde a todos os senhores assignantes: Uma magnifica estampa esplendidamente colorida, medindo 0,55x0,44, a qual representa uma das scenas cuja recordação ainda hoje nos é grata e que o nosso coração de portuguezes ainda não pode olvidar.

Os pedidos de assignaturas podem ser feitos á *Companhia Nacional Editora*—Secção Editorial—Largo do Conde Barão, 50, Lisboa—ou aos seus agentes.

NOVIDADE LITTERARIA

O DILUVIO

Grandioso romance historico de Henryk Sienkiewicz, auctor do QUO VADIS, traduzido directamente do polaco por Selda Potocka e Eduardo de Noronha. Desenvolvem-se n'esta obra, ao lado de paginas vibrantes e commovedoras, as homericas luctas da Polonia contra a invasão dos outros povos do norte. Muitos criticos consideram *O DILUVIO* superior ao QUO VADIS.

A' venda o 1.º volume em formato grande e com uma bellissima capa a cores

Preço, 300 réis

Pedidos á Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, Largo do Conde Barão, 50, Lisboa.

ARMAZENS

DA

BEIRA-MAR

DE

MANUEL CONÇALVES MOREIRA

PRAÇA DO COMMERCIO, 19 A 22

R. DOS MERCADORES, 1 A 5

AVEIRO

D'aqui levarás tudo tão sobejo (Luz. Cam.)

Preços fixos

VENDAS SO A DINHEIRO

CONFECÇÕES:

Fazendas de novidade de lã, linho, seda e algodão.

Camisaria, gravataria, livraria, papelaria e mais objectos de escriptorio. Officina de chapelaria. Chapéus para homem, senhora e crianças. Centro de assignatura de jornaes de modas e scientificos, nacionaes e estrangeiros.

Importação directa de artigos da Madeira: obra de verga, bordados, rhum e vinho (qualidade garantida).

Unico deposito dos vinhos espumosos da Associação Vinicola da Bairrada.

Representante da casa Beirão, de Lisboa, encarrega-se de mandar vir bicyclettes **Clement** e machinas de costura **Memoria**, bem como todos os accessorios para as mesmas.

Louças de porcelana, quinquillarias, bijouterias, perfumarias (importação directa).

Flôres artificiaes e corôas funerarias.

Ampliações photographicas. Encadernações.

N. B.—Não se aviam encomendas que não venham acompanhadas da respectiva importancia.

PARA E MANAUS



Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Santos e mais portos do Brazil, passagens em 1.ª, 2.ª e 3.ª classe, em todas as companhias de paquetes, a preços reduzidos. Vapores a sabir de Leixões e Lisboa.

As passagens tomadas n'esta agencia gozão de todas as regalias e abatimentos concedidos pelas companhias a srs. passageiros; tambem se sollicitam passaportes e trata-se de obter no Porto e nas provincias todos os documentos necessarios para os mesmos.

Passagens gratis

Concedem-se a familias de agricultores, para o Estado de S. Paulo, pelos paquetes de 28 de maio e 13 de junho.

Para mais esclarecimentos, dirigir aos agentes habilitados, em harmonia com a lei.

Africa Occidental

Paquetes em 6 e 21 de cada mez.

ABEL, PAULO & PEREIRA

82, PRAÇA DA BATALHA, 83

(EM FRENTE AO GOVERNO CIVIL)

PORTO

PUBLICAÇÕES

Bibliotheca

HORAS ROMANTICAS

Collecção de romances notaveis, esplendidamente traduzidos para portuguez, em lindissimas edições, ao alcance de todas as bolsas.

QUO VADIS? (2.ª edição) de H. Sienkiewicz.—3 volumes.

VIDA DE LAZARILLO DE TORMES, de Mendoza.—1 vol.

EULALIA PONTOIS, de F. Soulié.—1 vol.

A AMOREIRA FATAL, de E. Berthet.—1 vol.

SENHOR EU, de Farina.—1 vol.

Cada volume, 100 rs.

Pedidos á Companhia Nacional Editora, largo do Conde Barão, 50, Lisboa, e a todas as livrarias e tabacarias.

COMPANHIA NACIONAL EDITORA
Successora da antiga casa David Corazz

Viagens Maravilhosas

Coroadas pela academia franceza

A CARTEIRA

DO REPORTER

POR

JULIO VERNE

Com esplendidas illustrações de L. BENETT. Trad. de PEDRO VIDOIRA

50 rs. cada semana, no acto da entrega

"O NORTE,"

Em Aveiro vende-se no kiosque Central.